



Oeiras, 19 de Março de 2014

**Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional**

AOFA



Associação de Oficiais
das Forças Armadas

ASSUNTO: OS DFA E AS PRÓTESES DE QUE CARECEM

Temos vindo a tomar consciência, quer por informação obtida quer por auscultação, da dramática situação porque estão a passar os deficientes das forças armadas (DFA), no que concerne ao atraso e às dificuldades na atribuição de próteses ortopédicas (segundo o “ Elo” de Março de 2014, mais de 200 DFA, no distrito de Lisboa, encontram-se nesta situação).

A grande maioria dos DFA ficaram nessas condições há mais de 40 anos, durante a guerra colonial.

Nessa altura, anos 60 do século passado, eram poucos os conhecimentos existentes no nosso País e muitos DFA foram enviados para o Hospital Militar de Hamburgo, na Alemanha, e lá obtiveram a primeira prótese.

Com o andar dos anos foram aparecendo, no nosso país, várias “ casas de próteses” . A proliferação deste “ equipamento” obrigou a que, no estrito cumprimento da lei, passassem a ser consultadas 3 “ casas de próteses” e a sua manufactura fosse atribuída à que apresentasse orçamento mais baixo.

Este procedimento foi sempre contestado pelos DFA porque, devido ao procedimento administrativo, a adjudicação da feitura da prótese tornou-se morosa (havendo casos em que demora meses) e também porque aos DFA não é dado a hipótese de se pronunciarem em relação à “ casa de próteses” que preferem.

Em nosso entender este processo revela falta de sensibilidade para a delicadeza do problema, porque:

- 1) Demora a adjudicação
- 2) A adjudicação não tem em conta que a prótese é uma ajuda técnica sensível e que cada caso é um caso, não podendo nem devendo ser tratado de forma idêntica à aquisição de material de escritório.
- 3) Ao DFA não é dada a hipótese de participação/informação na adjudicação.

4) Provavelmente é mais dispendioso para o Estado, reiniciar experiências sucessivas, demoradas e dolorosas para os DFA (cada vez que vai a uma “ casa de próteses” diferente tem de reiniciar todo o processo de informação e nem sempre o técnico é sensível na recepção da informação)

5) No processo da manufactura da prótese faz parte o molde do coto, uma operação manual que exige muita sensibilidade por parte do técnico ortoprotésico e um entendimento profundo entre este e o DFA

A AOFA, não abdicando de contribuir para resolver o problema de uma forma sustentável, pretende participar na solução para já desta situação em concreto, que consideramos grave e desumana.

É de toda a justiça e necessário resolvê-la, com urgência, pois afecta centenas de DFA, o espelho vivo da “ condição militar” .

Tendo em conta o DL 43/76 de 20 de Janeiro, a “ Carta dos direitos e deveres dos doentes” e a “ Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência” (resolução da AR 56/2009 de 30 de Julho),

Requeremos:

- 1) Que seja agilizado o processo de adjudicação (o ideal é que o DFA saia da consulta e possa dirigir-se de imediato à casa de próteses, como acontecia no Hospital da Marinha).
- 2) Que o DFA participe e seja informado de todo o procedimento
- 3) Que seja tida em conta a opinião do DFA (conforme dissemos anteriormente, há mais de 40 anos que se deficientaram, portanto conhecem perfeitamente este mercado e são os únicos peritos nesta matéria).

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da AOFA

Manuel Martins Pereira Cracel
COR TPA